



ECOLOGIA DA LÍNGUA: ALGUMAS PERSPECTIVAS EVOLUTIVAS¹

Salikoko S. Mufwene (University of Chicago)

Resumo: O principal objetivo deste artigo é mostrar que conceitos desenvolvidos originalmente por biólogos para organismos e espécies em seus *habitats* naturais podem ser estendidos para explicar o destino das línguas em seus meios ambientes sociais, sobretudo no estudo da evolução linguística, que não tem uma teleologia. As línguas nascem, crescem e morrem, como dizia Schleicher no final do século XIX, porém, não como organismos, mas como espécies, no caso, espécie parasita ou viral, pois elas só existem no hospedeiro humano. Mostra-se a importância da variação no interior da língua, que é uma extrapolação da população de idioletos. Trabalha-se com os conceitos de seleção e competição, no sentido socioeconômico, de como as línguas são classificadas no espaço-tempo, em termos de prestígio socioeconômico. Nem sempre uma língua expulsa outra, há uma divisão de trabalho, como as línguas francas, usadas principalmente nas regiões em que os invasores europeus dominaram, dificilmente onde eles não têm nenhuma influência. Os indivíduos e as populações fazem parte dos fatores ecológicos que afetam as línguas. Aí se inclui a mente, um fator diferenciador dos humanos em relação aos demais animais. Por fim, o artigo adota a distinção entre ecologia externa e ecologia interna da língua, embora não no sentido da linguística histórica. Toda mudança é motivada externamente. O que acontece internamente são rearranjos, pelo processo conhecido como regramaticalização.

Palavras-chave: ecologia da língua; evolução; meio ambiente social.

Abstract: The main objective of this article is to show that some concepts developed originally by biologists and ecologists to study organisms and species in their natural *habitats* may be extended to explain the fate of languages in their social environments, above all the study of language evolution, which has no teleology. Languages are born, grow and die, as Schleicher used to say towards the end of the 19th century, not as organisms, but as species, in this case, of a parasitic or viral kind, because they only survive on their human hosts. The internal variation of languages is explained in terms of variation in the composition of the population. Communal languages are extrapolation of the totality of idiolects. There is selection and competition, but not among languages proper, but due to the relative socioeconomic prestige of their speakers. We cannot say that one language throws another out. On the contrary, there is a division of labor, as is the case with lingua francas, used mainly where the European colonizers encroached. Individuals and populations are part of the ecological factors that affect languages. The mind of the individuals must be included, because it is precisely what sets humans apart from other animal species. There is the distinction between external and internal ecology, not in the sense of

¹Este é essencialmente um ensaio de tomada de posição, no qual eu sumário minha interpretação múltipla da ECOLOGIA DA LÍNGUA e me situo em relação à de Hildo Honório do Couto. As restrições pragmáticas de sua produção me impedem de elaborar algumas de minhas ideias, bem como de citar tantas referências quantas eu poderia. Muitas das que são omitidas podem ser encontradas nos meus escritos mais representativos citados abaixo. Espero que o leitor aceite esta omissão deliberada e prática.

historical linguistics. All changes are motivated externally. What happens internally is processes of grammaticalization that rearrange features already extant.

Key words : language ecology; habitat; evolution; social environment.

1. Preliminares

Eu já expus minha posição sobre ecologia da LÍNGUA em Mufwene (2001, 2005, 2008), onde reconheci o débito intelectual que temos para com Voegelin, Voegelin; Schutz (1967) e Haugen (1971), por mostrarem como um conceito originalmente desenvolvido por biólogos para dar conta da vitalidade dos organismos e espécies em seus *habitats* naturais poderia ser estendido para explicar o destino das línguas em seus meios ambientes sociais.² Esta é a posição fundamental desenvolvida no ramo da biologia conhecido como macroecologia, na qual tenho procurado inspiração desde os anos noventa. Isso está refletido na discussão abaixo, que inclusive esclarece os aspectos em que eu tenho divergido de outros linguistas que também têm invocado ecologia da língua/gem de um modo ou de outro, sobretudo os defensores da revitalização de língua.

Como já foi notado por diversos linguistas desde o século XIX, especialmente por Darmesteter (1886), as línguas também têm vida. Entretanto, como foi explicado em Mufwene (2001, 2008), nós podemos falar em nascimento, vitalidade e morte de línguas com propriedade apenas se as concebemos como espécies, mesmo que do tipo viral, cuja existência depende das práticas interacionais de seus falantes, que são seus criadores e seus hospedeiros. O foco na espécie em vez de nos organismos (tradicional desde o século XIX) é crucial porque mostra a importância da variação no interior de uma língua como uma extrapolação do que não passa de uma população de idioletos falados por indivíduos ao comunicarem uns com os outros. A vitalidade das línguas depende de quão regularmente as populações (que consistem de indivíduos), associadas a elas vêm a usá-las em várias situações, com consequências que variam muito, dependendo de se são usadas em todos os domínios do conhecimento/experiências dos falantes, somente em alguns, mas não em outros, ou em nenhum deles.³

² Como em Mufwene (2004, 2008), estou evitando aqui, juntamente com o termo *vitalidade*, o viés dominante na linguística, especialmente no último quarto de século, que tem dado atenção quase exclusiva a línguas ameaçadas e a sua perda. A disciplina não tem articulado a dinâmica ecológica que ainda mantém vivas muitas línguas, majoritárias e minoritárias, e ajuda algumas delas a se expandirem demográfica, geográfica e/ou etnograficamente, no que tange ao contexto de uso no último caso. Eu uso *vitalidade* de modo um tanto neutro, como um termo guarda-chuva, que se aplica a todas as trajetórias evolutivas possíveis que a vida de uma língua pode seguir, embora eventualmente eu o use em um sentido mais estrito em expressões como *perda/ausência de vitalidade*.

³ Como indicado em Mufwene (2004, 2008), as línguas não nascem exatamente como os indivíduos ou os organismos. Sobre esse assunto, como em muitos outros (Mufwene, 2001), as línguas são realmente como espécies biológicas na medida em que seus nascimentos se dão *post facto*, sem nenhum período conhecido de incubação ou gravidez após a especiação ter sido determinada entre a variedade considerada nova e uma outra considerada mais velha. É necessária uma massa crítica de falantes associada à nova variedade para que alguns observadores estipulem seu nascimento. Do mesmo modo, diferentemente da morte de um

O fato é que a vitalidade das línguas, concebidas como fenômenos parasíticos, depende não do que elas próprias fazem, se é que elas pudessem fazer alguma coisa, mas sobre o que seus falantes fazem. Essa observação sugere, como discuto abaixo, que não se pode explicar de modo acurado a ecologia de uma língua se não se levar em conta populações associadas com línguas específicas e os ambientes etnográficos em que elas evoluem, incluindo-se aí as estruturas socioeconômicas que levam os falantes a decidirem que línguas específicas são mais vantajosas para eles em eventos comunicativos específicos. (Ver MUFWENE; VIGOUROUX, 2012, para uma caracterização mais abrangente, que concilia as dimensões evolucionárias e sincrônicas/etnográficas.) Isso implica que a VITALIDADE só vem à tona em situações em que mais de uma língua são faladas, situações tipicamente criadas por contato de populações, pré-requisito tradicional para a coexistência de línguas, isto é, uma situação de contato de línguas e, frequentemente, de competição de línguas.⁴

Eu estaria sendo omissos se não esclarecesse já agora que COMPETIÇÃO, normalmente associada a SELEÇÃO (natural) na teoria evolucionária de Darwin, não deve ser interpretada em linguística (tanto quanto em biologia) como se as línguas exercessem alguma tipo de ação e competissem por falantes. Embora uma língua prevaleça sobre sua(s) competidora(s) quando é usada em mais domínios e falada por mais pessoas, COMPETIÇÃO não significa nada além do fato de como línguas coexistentes são amiúde classificadas desigualmente pela(s) população(ões) associadas a elas no “espaçotempo” em que são usadas.⁵ A classificação é social, tendo muito pouco ou nada a ver com suas estruturas específicas, mas tudo a ver com poder socioeconômico e político e atitudes sociais, e, evidentemente, com os benefícios sociais advindos do falarem uma língua ou outra em domínios específicos associados, por exemplo, a tipos específicos de empregos que se almejam,

organismo, a da língua ou da espécie é gradual, efetivando-se pela diminuição da população de seus falantes, além da contração de seus domínios de uso, à exceção, é claro, dos casos de genocídio. Uma vez que não está claro se o latim é uma língua morta ou sobrevive metamorfoseado nas línguas românicas (no entanto, note-se o nascimento das últimas por especiação!), eu não vou comentar asserções feitas sobre morte de língua por erosão estrutural ou contaminação por outra língua.

⁴ Embora eu fale apenas em línguas ao longo deste ensaio, meus argumentos se aplicam também a casos em que dialetos da mesma língua entram em contato um com o outro, especialmente quando as relações entre eles não são igualitárias, como sucede entre variedades padrão e não padrão. Note-se também que a competição nem sempre tem como resultado uma (variedade de) língua levando suas competidoras à extinção. Às vezes, o resultado final da competição não passa de uma divisão de trabalho entre domínios de uso, o que mostra porque é importante articular concretamente que condições específicas levam à extinção de algumas línguas. Isso pode ser mais acuradamente feito se se considera a variável das dinâmicas ESPAÇOTEMPO exposta em Wallerstein (2004) e integrada em minha abordagem ecologia-da-língua em Mufwene; Vigouroux (2012), como se verá abaixo. A questão se torna tão mais relevante quando a mesma língua prospera em um território, mas perde sua vitalidade em outro, como é o caso de muitas línguas europeias e africanas em colônias do Novo Mundo.

⁵ Nós estabelecemos em Mufwene; Vigouroux (2012) que a noção de ESPAÇOTEMPO de Wallerstein (2004), às vezes reproduzida como TEMPOESPAÇO, como em Vigouroux (2009), pode ser mais apropriada do que a noção etnográfica tradicional de CONTEXTO. Ela capta mais adequadamente o fato de que um lugar é mais apropriadamente concebido se informado pela população que emerge nele em um tempo específico de sua história.

às posições sociais específicas que se deseja ter, às práticas de fazer compras, bem como às próprias atividades em outras esferas, na vizinhança, em casa, sobretudo, no último caso, quando os cônjuges ou parceiros têm passados etnolinguísticos diferentes.⁶

Competição emerge de escolhas com as quais os falantes se defrontam, e isso não precisa ser resolvido em termos exclusivos, com uma língua expulsando suas competidoras. Frequentemente, o resultado é uma divisão do trabalho etnográfico entre pelo menos algumas das línguas em competição. Isso pode ser visto na África, onde línguas europeias, faladas sobretudo como línguas francas no seio da classe da elite (embora uma pequena parte dela as use também como vernáculo, especialmente na África do Sul), são restritas a domínios etnográficos introduzidos pelo regime colonial, mas dificilmente naqueles que são tradicionais nas culturas indígenas. (Isso é especialmente verdadeiro para a maioria dos falantes, que as usam com graus variados de fluência.) Assim, elas são usadas no sistema educacional moderno, embora cada vez mais países venham tentando usar línguas indígenas nos três primeiros anos do ensino fundamental, na administração pública superior, bem como no setor econômico e no sistema jurídico superior.⁷ A SELEÇÃO é, assim, o como a competição, resolvida mediante a ação dos falantes, associando línguas específicas a domínios específicos (embora a divisão do trabalho nem sempre seja muito clara!) ou deixando uma língua prevalecer em todos os domínios, como entre populações dominantes líderes em colônias europeias, inclusive aquelas que deram lugar a crioulos. O processo de seleção não precisa ser necessariamente consciente, uma vez que os falantes dão ênfase normalmente à comunicação que lhes seja benéfica, mesmo que isso signifique apenas ser compreendido, sem saber de antemão como as escolhas de línguas ou de traços que eles fazem afetam o futuro de suas línguas. Em casos drásticos de conflitos sociais como ocorreu em alguns

⁶ Eu focalizo o falar porque é na forma falada, não na escrita, que uma língua mantém sua vitalidade. Especialistas em línguas mortas podem escrevê-las sem trazê-las de volta à vida. Não é inquestionável se o latim clássico pode ser considerado vivo simplesmente porque a cúria do Vaticano ainda o fala como língua franca. Talvez manter uma língua viva tenha a ver especialmente com o usá-la em mais de um domínio etnográfico restrito, incluindo-se socialização/aculturação em casa ou fora dela. A última condição é verdadeira para, por exemplo, o crioulo francês na Martinica, e talvez em Guadalupe, ambas departamentos ultramarinos da França, em que os pais evitam falá-la com os filhos, encorajando-os a tornarem-se falantes de francês como vernáculo. No entanto, as crianças aprendem-no passivamente ao ouvirem os pais falando um com o outro (em seu presumível código secreto íntimo) e ativam essa competência passiva quando convivem com crianças um pouco mais velhas, sobretudo durante a adolescência. Aqueles entre eles que se veem na França metropolitana na idade adulta até sofrem mais pressão para falarem crioulo como uma marca de identidade, sobretudo se se sentem tratados como estrangeiros. Assim sendo, Hazaël-Massieux (1999) não precisava temer que o crioulo francês entrasse em perigo de extinção nesses departamentos ultramarinos da França, pelo menos agora.

⁷ O proselitismo normalmente tem feito outra opção, exceto na formação da liderança intelectual porque o trabalho de divulgar uma fé específica como o cristianismo pode ser feito de modo mais funcional na língua desejada pelos que fazem proselitismo. Nas colônias de plantação das Américas, nas quais os escravos constituíam a esmagadora maioria, as coisas não se deram assim simplesmente porque havia línguas demais, cada uma falada por pequenas parcelas das populações totais nos espaçotempos das plantações. No entanto, nas colônias de exploração da África, os missionários normalmente identificavam uma língua indígena amplamente falada em determinada região e a adotavam para sua missão.

territórios centrais da Europa, a competição é resolvida politicamente dividindo o que for a um só país em países separados, de modo que cada um se torna constitucionalmente monolíngue.⁸

Eu devo salientar neste ponto que falo de “perspectivas evolucionárias” neste ensaio porque questões de vitalidade de língua, incluindo-se nascimento, manutenção e perda, caem nos domínios de evolução da língua e de “linguística evolutiva”, como se vê em Croft (2008), Mufwene (2013) e McMahon; McMahon (2013). A linguística evolutiva deve preocupar-se não apenas com a emergência da estrutura e da arquitetura das línguas, e de sua especiação durante a história conhecida, mas também com os diversos aspectos de sua vitalidade, segundo o modelo da biologia evolutiva, mais especificamente a macroecologia, em que diversos fatores ecológicos são invocados para dar conta das dinâmicas evolutivas dos ecossistemas. Linguistas interessados em vitalidade de língua em situações de contato de populações, logo, de coexistência e competição, estão lidando com dinâmicas evolutivas de ecossistemas a que as línguas pertencem e assim com uma faceta da evolução linguística.

Este ensaio não trata de um ramo do conhecimento sobre ecologia da língua identificado por seus praticantes como “ecolinguística”, que tem dado ênfase à diversidade linguística (e.g., Couto, 2007; 2009) e frequentemente advogam a causa das línguas ameaçadas (e.g., MÜHLHÄUSLER, 2003). Embora eu ache que priorizar a diversidade linguística e sua utilidade para a humanidade seja apenas um dos aspectos da ecologia da língua propriamente dita, gostaria de declarar inequivocamente que a linguística se enriquecerá muito na medida em que se conscientizar de que as estruturas linguísticas, sobretudo no âmbito do léxico, são configuradas pelas ecologias sociais e não sociais em que línguas específicas evoluem, o que Couto (2014) chama “ecologia natural.” Ela inclui a fauna e a flora com que seus falantes estão envolvidos, bem como suas organizações socioeconômicas. Embora eu tenha argumentado que as línguas emergiram na humanidade para servir como um meio de uma comunicação rica e explícita para além de nossa capacidade mental como animais (MUFWENE, 2013), eu também suponho que as línguas não funcionariam adequadamente como sistemas de comunicação se não tivessem também se desenvolvido como sistemas de representação que refletem organizações importantes para as populações que as falam. Essas categorias cognitivas impõem traços significativos específicos da cultura em questão na medida em que as línguas funcionam como tecnologia comunicativa muito além de alguns universais na arquitetura geral da tecnologia.

⁸ Na verdade, esta caracterização não é totalmente acurada, uma vez que normalmente se achava, ou se dizia, antes da separação, que as populações então politicamente unificadas falavam a mesma língua, embora com muita variação. Do ponto de vista da sociologia da linguagem, pode-se argumentar que a separação elevou as diferentes variedades ao *status* de línguas separadas, como prova a criação de academias visando a fazê-las mais diferentes do que efetivamente eram.

2. O whorfianismo e a “cascata de determinismos ecológicos”

Essas considerações sobre como as línguas variam de uma para outra no modo de organizar informação, refletindo em parte suas “ecologias naturais” (COUTO, 2014), são na verdade o ponto em que a ecolinguística se intersecciona com a ecologia da língua como eu a concebo. Mufwene (*a sair*) e Mufwene; Vigouroux (2012) falam de uma “cascata de determinismos ecológicos (parciais)” que dão conta de evoluções diferentes das línguas europeias nas colônias. O que tentamos mostrar é o fato de que a colonização do mundo pela Europa do século XV ao XIX foi impulsionada por considerações econômicas, que eram sujeitas a situações climáticas. Por exemplo, não é puro acidente que colônias que prosperaram com o cultivo de cana de açúcar se concentraram em volta dos trópicos, em ilhas e áreas costeiras, lugares em que ela pode ser cultivada com sucesso. As temperaturas tropicais foram consideradas aceitáveis em lugares em que a vegetação não era árida e um mínimo de doze polegadas de água pluvial eram garantidos. Do contrário, um sistema adequado de irrigação foi desenvolvido, como aconteceu no Haiti colonial.

Um século depois de a cana de açúcar ter sido explorada com sucesso em pequenas fazendas do Brasil, plantadores caribenhos não só adotaram essa indústria como decidiram revolucioná-la desenvolvendo imensas plantações com trabalhadores escravizados. Eles acharam também que era necessário impor uma população racialmente segregada assim que os últimos se transformaram em esmagadora maioria demográfica a fim de controlar a circulação de armas e prevenir possíveis insurreições (WOOD, 1974). Essa evolução socioeconômica era diferente da do Brasil, que, a despeito do fato de ter muito mais escravos do que todas as colônias caribenhas em conjunto, espalharam seus escravos por inúmeras fazendas de pequeno porte, nas quais permaneciam como minorias e eram assimilados por servos europeus contratados.⁹ Consequentemente, enquanto que o Caribe passou a ter uma estrutura populacional segregada, o que favorecia a emergência de crioulos entre os escravos, o Brasil manteve uma estrutura populacional racialmente integrada, embora fosse economicamente estratificada, o que não redundou em um crioulo português. Como foi mostrado em Mufwene (2001, 2005, 2008), a segregação das populações e a rápida substituição de população parecem ter sido um dos fatores ecológicos mais relevantes para a emergência de crioulos (por divergência estrutural da variedade colonial falada pelos colonizadores brancos) do que as disparidades demográficas, tradicionalmente invocadas, de 20% de europeus vs. 80% de escravos africanos. A bem da

⁹ De acordo com Schwartz (1985), as pequenas fazendas brasileiras se baseavam na cooperação com vizinhos organizando a colheita e o seu processamento em engenhos que compartilhavam, mas que não podiam possuir individualmente, diferentemente das grandes plantações caribenhas, que se desenvolveram em propriedades industriais autossuficientes.

verdade, essas disparidades demográficas não se deram em muitas colônias que tiveram crioulos, por exemplo, Barbados.

Segregação e rápida substituição de população parece que se deram também em Cabo Verde, em que surgiu um crioulo, embora não aí não houvesse nenhum cultivo de cana de açúcar viável nem mesmo qualquer tipo de indústria agrícola que exigisse uma grande população escrava com residência permanente. A região funcionava como um depósito de escravos, preparando-os para ser explorados no Brasil, embora a segregação racial tenha sido aparentemente implantada a fim de controlar efetivamente a população de escravos que, embora em larga medida transitória, sempre constituía a esmagadora maioria relativamente à população europeia. No caso das Antilhas Holandesas, um fator adicional era o isolamento geográfico da população escrava em relação ao Brasil (uma forma de segregação!) depois que o português foi mantido como seu vernáculo e estaria em contato com o holandês, a língua da nação colonizadora, e o espanhol, falado nos territórios vizinhos. Assim como a ecologia entrega sua sorte à evolução biológica, as línguas também estão à mercê das ecologias socioeconômicas em que se encontram, embora estas dependam também das ecologias geográficas (que consistem em clima e solo) que as engendraram.¹⁰

3. A importância de INDIVÍDUOS e POPULAÇÕES como fatores ecológicos

Todos os fatores ecológicos que discuti até aqui são não apenas externos à língua, mas também indiretos. Eles não atuam diretamente sobre a língua, mas sobre as populações que a falam. Pode-se dizer que os indivíduos, cada um atuando em seus respectivos interesses de sobrevivência em ecologias socioeconômicas novas, ou adaptando-se a elas, reagem a novas pressões ecológicas de molde a “maximizar seu bem-estar”, fazendo-os mais adaptativos. Mantendo-se tudo igual em suas ecologias, como mostrado acima (embora isso nem sempre tenha sido o caso, Mufwene, 2008), muito do modo de se comportar dos falantes depende de sua capacidade de aprender e de sua motivação em particular (ver também Mufwene; Vigouroux, 2012).

Como se vê, não podemos ter a pretensão de abordar a dinâmica e evolução da língua ecologicamente sem incluir o FALANTE como o fator ecológico externo mais direto, uma vez que

¹⁰ Leitores mais interessados são encorajados a ler Mufwene; Vigouroux (2012), em que se toma emprestada a noção de ESPACETEMPO de Wallerstein (2004) (ver também Vigouroux, 2009) a fim de lançar luz sobre as interações dinâmicas de espaço e tempo na construção das estruturas da população. Com o fito de dar mais sentido a isso, é preciso aceitar a posição dos geógrafos sociais de que o espaço forma a sociedade tanto quanto a sociedade forma o espaço, como sugerido também pela teoria da “construção de nicho” (e.g., ODLING-SMEE *et al.*, 2003). Desse modo, do ponto de vista da evolução da língua, o Caribe diferia do Brasil pelas práticas sociais específicas que levaram à especiação linguística baseada na raça na população do primeiro, mas não no segundo. É importante lembrar também que mesmo em lugares em que a segregação racial era institucionalizada, as línguas coloniais não se desenvolveram de modo igual entre os escravos. Os *continua* crioulos na verdade recuam aos primeiros dias da emergência dos crioulos.

ECO-REBEL

ele/ela provoca variação na língua emergente, sempre em evolução, além de participar de: 1) a propagação ou eliminação de variantes mediante as seleções que ele/ela fazem entre as variantes em competição (sejam elas línguas ou traços linguísticos), 2) a emergência de novas normas, e 3) às vezes a emergência de novas variedades. Os falantes agem no âmbito de estruturas populacionais específicas, as quais limitam com quem (não) podem interagir quotidianamente e quando (não) acomodar-se às práticas de outros falantes e, com isso, convergir com elas ou divergir delas. Contudo, não haveria nenhuma estrutura populacional com que se falar sem a existência ontologicamente anterior de indivíduos, que precisam estar organizados de algum modo para sobreviver como um todo, mesmo quando a organização social implique exploração de um subgrupo por outro.

É preciso entender definitivamente a dinâmica complexa das interações interindividuais e intergrupais a fim de captar o modo como as estruturas das línguas evoluem na direção de novas normas, como especiam e como mantêm ou perdem vitalidade. É de se notar que mesmo interações intergrupais pressupõem interações interindividuais em padrões que são tipicamente diádicos ou triádicos (Mufwene 2008; Mufwene; Vigouroux, 2012). Embora os possíveis algoritmos que dão sentido a essas dinâmicas sejam complexificados pelo fato de os interlocutores frequentemente sempre se alterarem, não podemos assumir que haja falantes que interajam entre si de modo regular o suficiente para dar lugar a convergência de normas de pequena monta no âmbito de redes sociais e práticas comunitárias (Lave; Wenger, 1991; Eckert; McConnell-Ginet, 1992). Por outro lado, como observado em Mufwene; Vigouroux (2012: 123), “A comunidade de prática por si só não dará conta de todos os aspectos da prática linguística. Ela deve ser complementada por uma abordagem ecológica, mesmo que etnográfica, que explique como práticas linguísticas são formadas pelo espaço físico, bem como constroem o espaço físico em que ocorrem.”

Como as redes sociais e as comunidades de prática se sobrepõem, mediante indivíduos que participam de mais de uma rede ou comunidade de prática, normas de longo alcance associadas a cidades, regiões ou nações podem emergir, embora a emergência de norma não implique que essas populações se tornem uniformes linguisticamente (MUFWENE, 2001; MUFWENE; VIGOUROUX, 2012). Como os falantes têm histórias interacionais diferentes e estão sujeitos a várias outras pressões ecológicas (sem levar em consideração diferenças em suas habilidades para aprender), sempre haverá variação entre eles.

Quando há divergência também entre populações ou comunidades de prática, as extrapolações projetadas dessas normas emergentes têm sido tradicionalmente caracterizadas como dialetos ou línguas, dependendo de quão antigas são essas variedades e/ou atitudes políticas. Essa evolução diferenciada pode ser exemplificada com a especiação entre português peninsular e brasileiro, ou entre diferentes variedades modernas do inglês, ou entre variedades linguísticas chamadas

crioulos e suas línguas lexificadoras indo-europeias. Mas, essa variação intragrupal tem sido encontrada intranacionalmente entre diferentes regiões, como entre diferentes dialetos do inglês americano, do crioulo jamaicano, ou do crioulo haitiano. Arquipélagos certamente devem ter favorecido evolução diferenciada, sobretudo no tempo em que transporte em massa inter-ilhas não era tão frequente e disponível como é atualmente. Os arquipélagos corporificam espaços geográficos descontínuos, e seus habitantes têm interagido mais intensamente entre si, em suas respectivas ilhas, do que com os de outras ilhas. Isso é confirmado pela emergência de diversos dialetos do caboverdiano em Cabo Verde (BAPTISTA, 2003).

A estrutura da população pode produzir também o que Couto (*a sair*) chama “ilhas linguísticas,” de acordo com ele o que tem sido tradicionalmente chamado de “enclaves linguísticos.” Ele os caracteriza como línguas minoritárias faladas por populações circundadas geograficamente por falantes de uma língua dominante, como os bolsões de línguas nativas americanas ainda faladas em algumas partes do Brasil, sendo que o país está evoluindo na direção do monolinguismo em português como vernáculo. Outro tipo consiste de línguas faladas por populações imigrantes que continuaram juntos, em grande parte isolados da população hospedeira e resistindo à adoção da língua da última como vernáculo. Os exemplos de Couto incluem o alemão usado como vernáculo em países nos quais ele não é uma língua dominante (caso da Hungria, da Polônia e da Romênia, entre os países europeus). Tem havido muitos desses casos na história colonial recente, como o alemão no Wisconsin rural (SALMONS, 2003; WILKERSON; SALMONS, 2008).¹¹ Eu tenho certeza de que esse era o caso para muitas outras línguas europeias que morreram antes do alemão na América anglófona. Se essa caracterização não se aplica ao Quebec francófono (mas, veja-se Chaudenson, 2008), ela certamente é válida para outras comunidades francófonas menores da América do Norte.

Devemos ter em mente que ilhas linguísticas pressupõem ilhas sociais, bolsões de populações isoladas da população majoritária que as circunda. Como ilhas geográficas, que podem ser ligadas aos continentes por pontes, barcos ou canoas, ilhas sociais não são necessariamente isoladas. Na linguagem da macroecologia, elas podem ser ligadas às populações majoritárias ou dominantes por “indivíduos dispersados” (HANSKI, 1996), embora essa noção tenha sido concebida com base no pressuposto de que grandes populações consistem de “tratos de *habitat*” descontínuos. Aqui retornamos ao papel dos falantes individuais, cujas práticas sociais têm a ver com o modo de evolução das línguas de suas comunidades. Indivíduos dispersos podem introduzir elementos de fora que podem afetar as estruturas de suas línguas hereditárias, especialmente se esses indivíduos são influentes ou numerosos. Eles podem introduzir igualmente algum bilinguismo, se

¹¹ Eu vou ignorar deliberadamente “isolados linguísticos”, definidos geneticamente, nessa discussão, embora do muito que se aplica à vitalidade de ilhas linguísticas se aplica a eles também.

introduzirem atividades econômicas ou de outro tipo de fora da língua, tais como comércio ou cultura popular.

Mas, grande quantidade de indivíduos dispersos pode também estar associada com êxodo da pátria, à procura de melhores oportunidades econômicas. Esses movimentos populacionais podem erodir a vitalidade não apenas de uma população insular, mas também de sua língua, especialmente quando há emigração maciça na direção de um território que seja economicamente mais afluyente. Os nativos que retornam à “pátria” mais tarde, falando apenas a língua da população demográfica e economicamente dominante, do mesmo modo erodem a vitalidade de sua língua hereditária. As populações americanas nativas dos EUA têm sido muito afetadas por esses movimentos de populações desde o século XIX, especialmente se houver expansão de populações de descendência europeia em seus domínios (Banner, 2005). Até aqui populações americanas nativas do Brasil estão tendo experiências similares (BALL, 2014; MOORE, 2014). Exogamia é outro fator ecológico que pode ser associado com a estrutura da população, exatamente como instrução fora da própria comunidade hereditária, em que a segregação social não é rígida. É assim que diversos imigrantes europeus nas Américas e na Austrália mudaram para o vernáculo europeu dominante na colônia de destino. Em países industrializados, a assimilação de populações de ilhas à cultura das populações dominantes normalmente tem levado

à perda da língua hereditária. Um interessante tópico de pesquisa sugerido por Couto (2009) é que fatores específicos podem obliterar (as culturas de) comunidades ilhadas e, portanto, ameaçar as ilhas linguísticas.

Como foi mostrado em Mufwene (2001), falantes individuais são os principais “agentes involuntários de mudanças”; eles são decisivos na evolução linguística mediante suas práticas interacionais e comunicativas. Eles filtram todas as pressões ecológicas exercidas sobre suas populações, decidindo que reações específicas “maximizam sua adequação”. Suas populações e respectivas línguas sofrem as consequências crescentemente, dependendo de quão rápidos e generalizadas novas tendências se espalham entre eles.

4. A MENTE como um fator ecológico

Há um outro importante fator ecológico cujo significado fica mais visível na emergência filogenética da língua, isto é, (a emergência de) uma mente humana que é capaz de processar e armazenar muitas informações, bem como de produzir ou aprender línguas humanas modernas. A evidência da comunicação interindividual entre humanos e entre humanos e animais sugere que só os humanos podem aprender a(s) língua(s) de seu entorno e, além do mais, a língua de qualquer outra população com que se interessarem em interagir. Os animais são tipicamente incapazes de aprender não só línguas humanas, mas também meios de comunicação que sejam específicos de outros animais, mesmo no interior do mesmo gênero. Por exemplo, aves canoras adultas não

conseguem aprender a cantar como aves de uma espécie diferente, enquanto que humanos adultos podem aprender a falar a língua de uma outra população, mesmo que dificilmente com a mesma fluência dos falantes nativos.

A questão é mais reveladora no que tange à comunicação entre humanos e animais não humanos. Como geralmente se vê na literatura, os outros animais que conseguem entender fragmentos de línguas humanas, e até mesmo aqueles que podem macaqueá-las (como Alex, o papagaio cinza africano), podem fazê-lo de modo muito limitado. A comunicação é geralmente limitada a suas necessidades de sobrevivência, mas totalmente insuficiente para os requisitos mais simples de socialização. Animais adultos dificilmente atingem a capacidade de comunicação e socialização de uma criança humana de dois anos. O que tem recebido menos atenção, porém, é o fato de que, embora sejamos tão bons em ler as mentes de outros animais e eles em ler a nossa, os humanos ainda não foram capazes de se comunicar com animais mediante o meio de comunicação animal. A lição a ser tirada disso parece ser que os dois lados são drasticamente impedidos, não só pelas próprias anatomias, mas também por suas especificidades mentais, de aprender meios de comunicação de outras espécies. Os humanos podem aprender as línguas uns dos outros entre populações etnolinguísticas porque pertencem à mesma espécie, são dotados das mesmas capacidades mentais específicas dos humanos e têm basicamente necessidades comunicativas semelhantes.

Um fator crítico da comunicação em linguagem pelos humanos é o serem eles dotados de uma mente humana moderna.¹² Como mostrado em Mufwene (2013), isso levou-os a produzir as culturas modernas em grande medida em resposta às pressões que os homínídeos sofreram para compartilhar seus sentimentos e conhecimento sobre o que Couto (2014) identifica como “ecologias naturais,” como vimos acima. Em troca, a comunicação linguística levou os indivíduos e as populações a aumentar seus conhecimentos, amiúde economizando tempo ao não terem que reinventar a roda e acumulando informação coletivamente. Assim, as línguas do mundo capacitaram os homínídeos a cooperarem e colaborarem para a própria sobrevivência diante de “ecologias naturais” em mutação, às quais tiveram que se adaptar. Aprender um do outro mediante a língua reduziu os casos de “reinvenção da roda” e eliminou algumas fatalidades entre eles, uma

¹²Eu insisto mais na mente do que na anatomia porque, como explicado em Mufwene (2013), a primeira domesticou a segunda, favorecendo a fala filogeneticamente e salvando a língua de sinais como uma opção secundária. As razões são inúmeras, embora um fator ecológico geralmente ignorado em estudos sobre o porque de a fala ter sido preferida é o fato de que as pessoas surdas dificilmente vivem em comunidades próprias e separadas, ou em que possam interagir umas com as outras no dia a dia o suficiente para desenvolver uma língua de sinais (diferente de sinais domésticos para comunicar com ouvintes). O que ainda não sabemos é quantas línguas de sinais podem ter surgido na filogenia homínídea que não sobreviveram devido às mesmas razões de estrutura demográfica. É importante ter em mente também que as línguas faladas hoje são apenas de modo remoto relacionadas filogeneticamente às primeiras línguas plenas que surgiram cerca de 50-30 mil anos atrás, de acordo com algumas estimativas (Mufwene, *a sair*).

vez que não têm o dom de resolver diversos problemas. Isso acelerou a solução de problemas, sobretudo pela invenção coletiva e gradual de tecnologia. Sobre essa capacidade especificamente humana de comunicar, não há nenhuma evidência de ela ter existido entre outros animais, nem entre os que foram treinados para comunicar com os humanos. Aí está também a chave para a mudança linguística e vários aspectos da vitalidade da língua.¹³

A mente é o *locus* da existência e competição entre línguas (WEINREICH, 1953). Ela determina se sistemas linguísticos diferentes que o falante desenvolve permanecem separados e intactos ou se são contaminados uns pelos outros, aparentemente por razões de economia de espaço na memória ao armazenar informação (MESOUDI, 2011: 31). Ela responde a pressões ecológicas externas de comunicação relativamente a que língua usar, e como ela deve se adaptar a cada evento comunicativo. São os padrões que emergem de suas respostas às pressões comunicativas que têm a ver com o destino das línguas que o falante conhece, isto é, se suas estruturas mudam, e como, e se elas prosperam ou sofrem atrofia (o que os linguistas têm chamado tradicionalmente de “atrição”) e podem finalmente morrer. No nível comunitário, que é o foco da linguística histórica, da genética e da evolutiva, a mudança linguística, a especiação linguística, a manutenção de língua e a morte de língua são as últimas consequências dos comportamentos cumulativos dos membros individuais de uma população. Embora haja intervenções institucionais intencionais para determinar ou controlar vários aspectos da evolução da língua (tais como a criação de academias), todos nós sabemos que tais tentativas têm normalmente falhado ou não têm tido o sucesso desejado porque os falantes contribuem para as trajetórias evolucionárias de suas línguas inconscientemente, mediante desvios associados com “aprendizagem com modificação” em estudos de evolução cultural, sem saber das consequências de seus comportamentos. Além disso, as ocasiões em que os falantes reutilizam as mesmas palavras ou frases não são sempre idênticas às anteriores, o que pode levar a novas trajetórias evolucionárias. De qualquer modo, os falantes notam as mudanças que afetam suas línguas ou suas próprias perdas de competência em algumas delas muito depois de terem contribuído repetidamente com esses resultados cumulativos de seus comportamentos.

5. A ecologia interna

Uma faceta da ecologia da língua sobre a qual ainda não disse nada até agora é o que identifico como “ecologia interna” em Mufwene (2001, 2005, 2008). Isso não tem nada a ver com a

¹³ Levando-se em consideração todo o cenário evolutivo, pode-se questionar se é a língua que nos faz humanos e tão únicos. Parece que o crédito deve ser dado à mente humana, que produziu não apenas as línguas humanas, mas também várias práticas culturais que são específicas dos humanos, ao lado das línguas. É até mesmo questionável se os antropólogos linguistas devem continuar falando de “língua e cultura”, uma vez que as próprias línguas parecem ser produtos culturais, a despeito do papel da biologia humana específica requerida para sua emergência (Mufwene, 2013).

distinção tradicional entre mudança motivada externamente e motivada internamente na linguística histórica. A linguística histórica normalmente tem associado mudança motivada externamente a contato de línguas e tratado qualquer outra mudança como motivada internamente. Essa tradição sugere que ou as línguas têm histórias independentes da influência dos falantes ou que falantes em uma população etnolinguisticamente não misturada não deveriam ser separados de suas línguas. Ambas inferências são insustentáveis em abordagens ecológicas à língua. Para falar a verdade, o que os linguistas históricos têm tido em mente é simplesmente considerar como motivadas internamente as mudanças originadas no seio da população de falantes nativos, independentemente da influência de fora. Assim, se a gramática da variedade padrão ou escrita de uma língua mudou simplesmente porque as atitudes em relação a elementos não padrão mudaram e a camada privilegiada da população se tornou mais tolerante para com traços não padrão, a mudança foi motivada internamente. O resultado seria o mesmo se movimentos da população dentro das fronteiras nacionais de povos etnolinguisticamente não misturados produzisse mudanças estruturais resultantes de novos tipos de contatos entre seus dialetos, bem como influências mútuas entre eles. Eu, por outro lado, sugiro que toda mudança linguística é motivada externamente, uma vez que os próprios falantes não são parte de suas línguas, embora provoquem mudanças nas estruturas delas por intermédio de seus comportamentos comunicativos.

Por outro lado, as mudanças são também em grande parte determinadas pela composição do *pool* de traços de uma língua particular, o que gera materiais estruturais que podem ser cooptados para novas funções e em que as variantes servem de ecologias umas para as outras (Mufwene, 2001, 2005, 2008). Em fenômenos como gramaticização, nada acontece que não seja licenciado pela gramática existente. Por exemplo, ao mesmo tempo em que funciona como um verbo semiauxiliar em *Is Paula coming with us?*, o verbo *go* do inglês continua a funcionar como um verbo de movimento flexionado no tempo presente progressivo flexionado, modificado por seu auxiliar-copular *be* flexionado na 3ª pessoa do singular. Embora seja usado como auxiliar, é bloqueado para a regra de Inversão Sujeito-Auxiliar. Esse uso diverge do padrão de uso mais tradicional do verbo de movimento *go* pelo fato de seu complemento ser um verbo no infinitivo e só o complementizador *to* pode ser usado entre ele e seu complemento. O fato é que a mudança gramatical sofrida pelo verbo *go* para funcionar também como semiauxiliar é de fato determinada pela ecologia interna que a gramática ainda existente do inglês já é.

Do mesmo modo, no crioulo inglês gullah falado na costa da Carolina do Sul e Geórgia, nos EUA, o morfema *fu* ‘para’ funciona como um modal de obrigação na construção *Robert fu come see me* (Robert has to/must come (to) see me) simplesmente porque a preposição *fu* pode também ser usada predicativamente sem cópula em uma construção como *dis book fu me* (this book [is] for me), diferentemente do inglês. Poder-se-ia mesmo argumentar que ela continua como

preposição mesmo nessa função gramatical derivada, embora seu complemento seja um verbo, não um nome, nesse caso. Argumentos semelhantes se aplicam a verbos que se tornaram verbos auxiliares em ambientes sintáticos em que poderiam receber complementos verbais ou oracionais. Embora a especialização os tenha levado a comportar-se diferentemente de outros verbos transitivos em inglês (sobretudo no caso de contração, Inversão Sujeito-Auxiliar e a habilidade de combinar com o marcador de negação *not*), eles continuam a comportar-se como outros verbos nas línguas românicas. O caso dos artigos também merece ser mencionado aqui. Enquanto que em algumas línguas eles surgiram a partir de demonstrativos ou do quantificador ‘um’ no caso do artigo indefinido, eles continuaram a ter a mesma posição sintática que seus étimos, a não ser que mudanças subsequentes os tenham feito mudar de posição, o que é também consistente com outros fenômenos da língua. Em línguas como o francês, não é claro se se trata do quantificador ou do artigo *un(e)* que está sendo usado. Em todos esses casos, a gramática da língua em questão funciona como a ecologia interna que determina como materiais existentes podem ser cooptados, ou exaptados, para novas funções.

Outras mudanças podem ocorrer porque um meio alternativo de expressar o mesmo significado é preferível a outro, como o uso do verbo auxiliar *avoir* ‘ter’ ou *être* ‘ser’ com o verbo principal no particípio passado, em vez de um único verbo no “passé simple” para indicar tempo PASADO no francês moderno. Independentemente de o gatilho da mudança ter sido o contato da população francesa com falantes de outras línguas que usem a construção perifrástica (ver Heine; Kuteva, 2005, sobre traços linguísticos areais), o fato é que a alternativa que prevaleceu já foi uma variante de outra que fora abandonada.

Em alguns outros casos, pode-se ver algum tipo de compromisso entre as variantes em competição. Assim, os auxiliares de tempo *will* e *be going to* especializaram-se nos tipos de FUTURO que expressam em alguns dialetos do inglês, com o último associado a INTENÇÃO ou DETERMINAÇÃO, ao passo que o primeiro é mais neutro. As dinâmicas internas do sistema da língua são mais complexas do que esses poucos exemplos podem mostrar. O objetivo era simplesmente mostrar que toda língua tem uma ecologia interna que influencia no modo de ela evoluir, até mesmo no como ela admite elementos estrangeiros. Foi nesse contexto que introduzi

POOL DE TRAÇOS

6. Observações finais

É difícil falar de aspectos históricos e filogenéticos da evolução da língua sem levar em conta mudanças na ecologia da comunicação humana, em relação a se são causadas por mudanças na capacidade mental e/ou nas organizações sociais, por contato de populações ou pela simples dispersão da população, o que pode acarretar uma distribuição desigual, não uniforme de variantes entre as alo-populações. Como comentado em Mufwene (2013), mudanças na capacidade mental

hominídea, indubitavelmente imbricada no crescimento da população, exerceu muita pressão ecológica em nossos ancestrais homínidos para desenvolverem tecnologias de comunicação eficientes e explícitas, o que culminou nas línguas humanas modernas. Sobre a dispersão da população, eu mostrei em Mufwene (2008) que mudanças na distribuição de variantes afetam o equilíbrio de poder entre elas e pode desencadear novas dinâmicas de uso que podem produzir mudança e às vezes especiação de língua.

Contrabalançar o equilíbrio de poder entre variantes é um das coisas que o contato de línguas, um importante fator ecológico, pode fazer, como ao favorecer algumas variantes em vez de outras, sob a influência de outra(s) língua(s) com que uma língua particular entre em contato. Por exemplo, na emergência de crioulos, o contato entre a língua lexificadora europeia e as de substrato com morfossintaxe isolante, tem normalmente favorecido perífrases em vez de flexões, especialmente na expressão de TEMPO e de PLURAL gramatical, como no caso de *dem bin talk* ‘they talked’ e *di book dem* ou *dem book* ‘the books’ muitos crioulos ingleses. Embora grande parte deste ensaio tenha sido dedicada ao que Couto (*a sair*) chama de “ecologia natural” de uma língua, sobretudo sua estrutura demográfica, não se pode ignorar de todo o papel de falantes individuais como a ecologia mais imediata e direta de uma língua. Eles são os agentes inconscientes de mudanças não só em suas estruturas, mas também em sua vitalidade.

A mente é o motor mais importante da evolução, uma vez que filtra todas as influências vindas de fora e de dentro do falante. Isso é evidente até mesmo em pidgins incipientes, que, além de refletirem mudanças drásticas na estrutura da língua lexificadora, continuam sendo línguas humanas mesmo assim. Eles mantêm uma faceta fundamental da arquitetura das línguas ao serem composicionais, dos sons às palavras e das palavras às frases, além de preservarem o que Hockett (1959) e Martinet (1960), respectivamente, identificaram (inapropriadamente), como “dualidade de padronização” e “dupla articulação”. Eles também exibem alguma gramática, por mais primitiva que ela seja, já que pelo menos mantêm distinção entre nomes e verbos, contêm demonstrativos e quantificadores para referência de especificidade, além de terem predicação, não importa se a ordem relevante das palavras é variável ou não. Agindo como um fator ecológico crítico, a mente humana moderna das populações em contato tem evitado que a língua lexificadora se desintegre por completo, *data venia* McWhorter (2001).

Eu não posso concluir este ensaio sem ressaltar o fato de que a ecologia da língua é também relevante para a linguística sincrônica, sobretudo no que tange à etnografia da comunicação, à qual grande parte de Mufwene; Vigouroux (2012) é dedicada. Nós salientamos o fato de que, nos limites de sua competência, um(a) falante é um agente dinâmico que adapta seu comportamento linguístico a várias interações comunicativas, sempre se ajustando a pressões em curso como elas são vivenciadas. No final das contas, precisamos nos dar conta de que, embora os falantes reflitam a história de sua(s) língua(s) e suas próprias históricas interacionais pessoais, eles dão forma à

história atual de sua(s) língua(s) no modo como a(s) usam em diferentes ocasiões para atender suas próprias necessidades comunicativas.

Referências

- BALL, Christopher. Linguistic subjectivity in ecologies of Amazonian language change. In *Iberian imperialism and language evolution in Latin America*, ed. by Salikoko S. Mufwene. Chicago: University of Chicago Press, 2014.
- BANNER, Stuart. *How the Indians Lost Their Land: Law and Power on the Frontier*. Cambridge, MA: Belknap Press, 2005.
- BAPTISTA, Marlyse. *The syntax of Cape Verdean Creole: The Sotavento varieties*. Amsterdam: John Benjamins, 2003.
- CHAUDENSON, Robert. On the futurology of linguistic development. In *Globalization and language vitality: Perspectives from Africa*, ed. by Cécile B. Vigouroux & Salikoko S. Mufwene, 171-190. Londres: Continuum Press, 2008.
- COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: Estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus Editora, 2007.
- _____. *Ecologia, linguística e ecolinguística: contato de línguas*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- _____. Amerindian Language Islands in Brazil. In: Mufwene, Salikoko (org.). *Iberian imperialism and language evolution in Latin America*. Chicago: University of Chicago Press, 2014.
- CROFT, William. Evolutionary linguistics. *Annual Review of Anthropology* 37, 2008, p. 219-234.
- DARMESTETER, Ars ne. *La vie des mots tudi e dans leurs significations*. Paris: Delagrave, 1886.
- ECKERT, Penelope; McConnell-Ginet, Sally. Think practically and look pocially: Language and gender as community-based practice. *Annual Review of Anthropology* 21, 1992, p. 461-90.
- HANSKI, Ilkka. Metapopulation ecology. In: Rhodes Jr., Olin E.; Chesser, Ronald K.; Smith, Michael H. (orgs.). *Population dynamics in ecological space and time*, 13-43. Chicago: University of Chicago Press, 1996.
- HAUGEN, Einar. The ecology of language. *The Linguistic Reporter*, Supplement 25, 1972, p. 19-26. Reproduzido em *The ecology of language*. organizado por Anwar S. Dil, Stanford: Stanford University Press, 1971, p. 325-339.
- HAZAËL-MASSIEUX, Marie-Christine. *Les créoles: l'indispensable survie*. Paris: Editions Entente, 1999.

ECO-REBEL

- HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. *Language contact and grammatical change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- HOCKETT, Charles F. Animal “languages” and human language. *Human Biology* 31, 1959, p. 32-39.
- LAVE, Jean; Wenger, Etienne. *Situated learning: Legitimate peripheral participation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- MARTINET, André. *Elements de linguistique générale*. Paris: Armand Colin, 1960.
- McMAHON, April; McMAHON, Robert. *Evolutionary linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- McWHORTER, John H. *The power of Babel: A natural history of language*. New York: Times Books, 2001.
- MESOUDI, Alex. *Cultural evolution: How Darwinian theory can explain human culture and synthesize the social sciences*. Chicago: University of Chicago Press, 2011.
- MOORE, Denny. Historical development of Nheengatu (Língua Geral Amazônica). In: Mufwene, Salikoko (org.). *Iberian imperialism and language evolution in Latin America*. Chicago: University of Chicago Press, 2014.
- MUFWENE, Salikoko S. *The ecology of language evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- _____. Language birth and death. *Annual Review of Anthropology* 33, 2004, p. 201-222.
- _____. *Créoles, écologie sociale, évolution linguistique*. Paris: L’Harmattan, 2005.
- _____. *Language evolution: Contact, competition and change*. London: Continuum Press, 2008.
- _____. Language as technology: Some questions that evolutionary linguistics should address. In: Lohndal, Terje (org.). *In search of Universal Grammar: From Norse to Zoque*. John Benjamins, 2013, p. 327-358.
- _____. Language ecology, language evolution, and the actuation question. In: Afarli, Tor; Maelhum, Brit (orgs.). *Language contact and change: Grammatical structure encounters the fluidity of language*. John Benjamins, a sair.
- _____. What African linguistics can contribute to evolutionary linguistics. In: Orie, Olanike Ola; Wu, Karen (org.). *Selected Proceedings of the 43rd Annual Conference on African Linguistics: Linguistic Interfaces in African Languages*. Somerville, MA: Casadilla Press, a sair.
- _____; Vigouroux, Cécile B. Individuals, populations, and timespace: Perspectives on the ecology of language. *Cahiers de Linguistique* v. 38, n. 2, 2012, p. 111-138.
- MÜHLHÄUSLER, Peter. *Language of environment, environment of language: A course in ecolinguistics*. London: Battlebridge, 2003.

ECO-REBEL

- ODLING-SMEE, F. John; LALAND, Kevin N.; FELDMAN, Marcus W. *Niche construction: The neglected process of evolution*. Princeton: Princeton University Press, 2003.
- SALMONS, Joseph. The shift from German to English, World War I and the German-language press in Wisconsin. In: Rädcl, Walter G.; Schmah, Helmut (orgs.). *Menschen zwischen zwei Welten: Auswanderung, Ansiedlung, Akkulturation*. Trier: Wissenschaftlicher Verlag, 2003, p. 179–93.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Sugar plantations in the formation of Brazilian society: Bahia, 1550-1835*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- VIGOUROUX, Cécile B. A relational understanding of language practice: Interacting times-spaces in a single ethnographic site. In: Collins, Jim; Slembrouck, Stef; Baynham, Mike (orgs.). *Globalization and language contact: Spatiotemporal scales, migration flows, and communicative practices*. Londres: Continuum Press, 2009.
- VOEGELIN, C.F.; F.M. VOEGELIN; SCHUTZ Jr., Noel W. The language situation in Arizona as part of the Southwest culture area. In: HYMES, Dell; BITTLE, William E. (orgs.). *Studies in Southwestern ethnolinguistics: Meaning and history in the languages of the American Southwest*. The Haia: Mouton, 1967, p. 403-451.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *World-systems analysis: An introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.
- WEINREICH, Uriel. *Languages in contact: Findings and problems*. Nova York: Linguistic Circle of New York, 1953.
- WILKERSON, Miranda E.; SALMONS, Joseph. “Good immigrants of yesterday” who didn’t learn English: Germans in Wisconsin. *American Speech* 83, 2008, p. 259-283.
- WOOD, Peter. *Black majority: Negroes in colonial South Carolina from 1670 through the Stono rebellion*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1974.
- (Traduzido do inglês por Hildo Honório do Couto).